

DA AGRICULTURA IRRIGADA A ENERGIA SOLAR: o papel do Estado e as políticas públicas no processo de desenvolvimento da região do Jaíba

Juliana Bezerra Menez

Estudante de mestrado do Programa de Pós-graduação e Desenvolvimento Social - PPGDS

julianamenez307@gmail.com

Introdução

O presente trabalho é uma intenção de pesquisa que surgiu do anseio de continuidade do trabalho de mestrado e que, pretende compreender o processo histórico em que está inserido o Projeto de Irrigação do Jaíba, localizado na cidade de Jaíba no Norte de Minas gerais, e sua trajetória desde a agricultura irrigada à utilização da energia solar, mediante a grande importância econômica para a região. E para isso é necessário também analisar o processo de desenvolvimento e como as políticas públicas estatais e suas relações de poder contribuíram ou não para tal, e se esse desenvolvimento foi apenas econômico, se levou em consideração a população local com sua história de vida, os sujeitos e suas trajetórias sociais. Sendo feito alguns questionamentos de pesquisa, tais como; como se deu o processo de atuação do Estado em relação as políticas voltadas para a agricultura irrigada e energia solar na região do Jaíba? Quais os principais desafios em relação ao desenvolvimento econômico, social e ambiental, enfrentados pelos agricultores na adoção dessas tecnologias?

Assim sendo, objetivou-se, de maneira geral, analisar o papel do Estado no processo de promoção da agricultura irrigada e da energia solar na região do Jaíba, com foco na sua contribuição para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, bem como identificar os desafios e oportunidades para os agricultores participantes do Projeto e região.

Fundamentação teórica

A fundamentação teórica se dará através de buscas em bases de dados, onde serão selecionados artigos e trabalhos diversos com estudos que abordem os temas da pretensa pesquisa em questão, tais como Projeto Jaíba, desenvolvimento, Estado, irrigação e energia solar, e esta, por ser uma atividade relativamente recente para a região, requer buscas mais aprimoradas de relatórios, diagnósticos de estudos, entre outros.

Como aporte teórico será fundamental a visão de autores como Karl Polany, para uma análise histórica das transformações econômicas, Eduardo Gudinas e Esteve, no

tocante às questões acerca do conceito de desenvolvimento, e para a compreensão dos aspectos de desenvolvimento regional terá como embasamento os estudos de autores como Celso Furtado, Luciene Rodrigues e entre outros.

A metodologia deste estudo fundamenta-se em uma revisão abrangente da literatura e de documentos existentes relacionados à agricultura irrigada, energia solar, políticas governamentais, desenvolvimento regional e temas correlatos. Essa revisão fornecerá a base teórica necessária para analisar e contextualizar a pesquisa, permitindo explorar com profundidade o cenário da agricultura irrigada e da energia solar na região do Jaíba, onde pretende-se utilizar também fontes documentais, tais como relatórios e diagnósticos de estudo da região e de seu território, bem como de suas características. Ao se analisar essas fontes documentais pretende-se fazer um comparativo entre os estudos realizados para o fomento da agricultura irrigada na época da implantação e colonização do Jaíba, e atualmente os estudos de viabilidade realizados pelos órgãos públicos e empresas que se instalaram na região.

A coleta de dados quantitativos para avaliar o impacto econômico, social e ambiental das políticas governamentais na região do Jaíba será realizada por meio de entrevistas com agricultores locais e moradores próximos de onde estão situadas as usinas fotovoltaicas. Utilizando-se de um questionário estruturado como instrumento de coleta de dados, abrangendo informações sobre produtividade, renda, infraestrutura, qualidade de vida e outras variáveis relevantes. A amostra será selecionada de forma aleatória estratificada, garantindo uma representação diversificada dos agricultores da região

Desenvolvimento do tema

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o papel desempenhado pelo Estado no processo de promoção da agricultura irrigada e energia solar no Projeto de Irrigação do Jaíba na cidade de Jaíba/MG, com foco na avaliação de seu impacto no desenvolvimento econômico, social e ambiental para os agricultores e demais moradores da região. Além disso, busca identificar os desafios enfrentados pelos agricultores que participam desse projeto de transformação agrícola.

Ao voltarmos a atenção para região do Norte de Minas e seu processo histórico, onde ocorreu uma ocupação, “iniciada no fim do século XVII, e se deu baseada em pilares econômicos restritivos, concentradores de renda e altamente agressivos ao meio ambiente.” (ABREU e LEUZINGER, 2020). Dentro dessa perspectiva e inserida na área definida como Polígono das Secas temos a cidade de Jaíba que carrega em si, há décadas, a ideia de desenvolvimentismo devido em grande parte, à agricultura irrigada e ao Projeto de Irrigação do Jaíba. Assim, é preciso analisar a história de Jaíba numa perspectiva geral dos planos do governo em relação à região. Fazendo-se necessária também uma retrospectiva da história do lugar denominado Jaíba.

A área designada como Jaíba, corresponde aproximadamente a 350. 000 hectares que abrangem os municípios de Jaíba e Matias Cardoso¹, localizada à margem direita do rio São Francisco na divisa entre Minas Gerais e Bahia. Esta área representava, na primeira

¹ Em 1992, esses dois municípios foram respectivamente desmembrados de Manga e Monte Azul.

metade do século XX, a maior parcela conjunta praticamente intocada, denominada matas do Jaíba, cujo nome se encontrava registrado em mapas antigos. Rodrigues (1998) aponta que na região, desde o século XIX, tem-se discutido acerca de um possível projeto de colonização, onde seria possível a fundação de diversas colônias: e que as terras do Jaíba ofereceriam condições de “(...) trazer um importante melhoramento para o Estado, pelo maior desenvolvimento da lavoura, pelo invento de novas indústrias pelo incremento do comércio fluvial do São Francisco e pelo conseqüente aumento das rendas” (Rodrigues, 1998). Toda essa conjuntura já demonstra a perpetuação de uma visão colonizadora europeizante voltada para um desenvolvimento que não contempla um projeto igualitário.

Jaíba atualmente pode ser analisada como um exemplo de análise para a questão desenvolvimentista e tudo o que ela abarca. É vista por muitos como lugar de oportunidades e crescimento econômico, todavia também como lugar de passagem, sem real vínculo cultural e com uma dinâmica de desenraizamento que pode ser analisada e compreendida, ao abordamos a primeira intenção de colonização e demonstração do interesse público que remete ao início da década de 50, período de idealização do Projeto Jaíba, quando foram realizados os primeiros esforços de ocupação e colonização. Ou ainda se voltarmos aos anos 30, com os primeiros planos criados pelo governo para a região, baseados em estudos economicistas de crescimento dentre o contexto nacional e internacional da crise de 1929.

Num cenário ações lineares, nas décadas de 50 e 60 foram criados órgãos, tais como Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) e Fundação Rural Mineira (RURALMINAS), este último, com a bandeira de legalidade foi o responsável pela continuidade do processo de colonização e expropriação. Desta forma observa-se o objetivo do Estado em fazer da região, uma empresa agrícola baseada nos moldes capitalistas de desenvolvimento, numa expropriação de recursos naturais, e no caso da agricultura irrigada do Jaíba, solo e água. E como afirma Gudinas (2016), o homem precisa pensar nesses recursos naturais, a longo prazo, que se utilizado de maneira predatória e irracional, não haverá espaço para o mínimo de sobrevivência. É necessário repensar essa ideia reducionista de desenvolvimento como progresso material de que, para a ocorrência do crescimento econômico é indispensável a apropriação de recursos naturais. Pensando também nos fatores de sustentabilidade e equidade social, evitado impactos ambientais e escassez de recursos naturais já mencionados, bem como incentivar a promoção do bem-estar social através de uma distribuição justa dos benefícios.

É necessário destacar a relação pecuária/agricultura que marcou a economia local, pois como ressalta Rodrigues (1998), a formação econômica do Norte de Minas está baseada predominantemente na economia de subsistência junto à atividade pecuária, perdurando essa associação até o século XIX. No Norte de Minas, a agricultura foi praticada de forma tradicional se tornou complemento da pecuária que mais tarde alcançara considerável expansão. A agricultura regional sempre esteve caracteristicamente marcada pelo tradicionalismo e pela incorporação do fator terra. Isso, em parte, explica a situação de isolamento pela qual passou a região, ou seja, a agricultura de subsistência gerava resultados econômicos insuficientes que impediam o processo evolutivo.

Outro aspecto de grande relevância para se entender a dinâmica agrícola regional concerne ao avanço capitalista no campo. A modernização agrícola, originário do modelo capitalista, ganha espaço no mundo do pequeno produtor gerando um sistema de produção

planejado de forma desigual. E segundo Andrade, “(...) visando promover um crescimento econômico descomprometido com a justiça social”.²

A consolidação do capitalismo no Brasil, em geral, e no Nordeste e Norte de Minas, em particular ocorre através da participação efetiva do poder público. O Estado fomentou uma política de integração regional mediante a criação de várias instituições e programas de desenvolvimento para a economia. Antes das décadas de 1960 e 1970, a economia nordeste-mineira se baseava em uma estrutura simples de subsistência junto à atividade pecuária, predominantemente, no ramo primário. Embora atualmente prevaleça o pensamento neoliberal, isso foi modificado com o desenvolvimento do mercado interno através das relações capitalistas no campo apoiadas pelo Estado. Rodrigues considera que o grande protagonista da expansão capitalista na região foi o Estado e que essa expansão “(...) não tinha se manifestado de forma espontânea. Esta se deu, na realidade, sustentada pelo Estado, que tinha como justificativa para tal postura, um discurso cujo tema central baseava-se na necessidade de proceder a integração do Norte de Minas ao desenvolvimento do País” (Rodrigues, 1998).

A modernização possui pontos bastante positivos como, por exemplo, o aumento da produtividade. Porém esta modernização tem que ser efetuada de forma gradativa e adaptando-se a realidade de cada região. Entretanto, a modernização da zona rural é uma realidade. E o aumento da produtividade obtida nas culturas, já representa indicador suficiente da necessidade de adoção de tecnologias no meio rural

Juntamente com o processo de industrialização foi realizada também a modernização da agricultura. Nos programas de atualização e desenvolvimento do campo, planejados pelas esferas estaduais, a região Norte de Minas seria o principal alvo no que se refere à implantação da agricultura irrigada. Diante do contexto agrícola da região é importante salientar o papel da agricultura irrigada – no qual o Projeto Jaíba está inserido. E em se tratando de uma região de condições climáticas adversas, a irrigação no vale do São Francisco se apresentava como uma solução. Nesse aspecto o rio São Francisco, que juntamente com seus afluentes abrigam os diversos projetos de irrigação (incluindo os do Norte de Minas: Jaíba, Gorutuba e Lagoa Grande) seria um elemento essencial na dinâmica da formação econômica regional.

Na versão acima descrita, a cidade de Jaíba e seu povo está sempre condicionada ao desenvolvimento econômico da região, através da agricultura, sobretudo ao Projeto de Irrigação do Jaíba e aos órgãos estatais que o implementaram. Por isso é imperativo entender sobre o contexto histórico em que foram implementadas as políticas públicas para fomento da agricultura irrigada na região do Projeto de Jaíba, identificando as versões por trás de um discurso elitizado, implementado e propagado pelo poder político estatal. E questionar para que foi pensado tal projeto e para qual finalidade? Para quem, se a grande parte da população foi deixada de lado e que não teve o mínimo dos benefícios de tal progresso. Neste ponto, é importante procurar entender o papel de atores cruciais nesse processo: os órgãos governamentais e se, veladamente ou não, serviram à dinâmica capitalista e contribuíram para o discurso progressista nessa implantação. Mas hoje, como ressalta Gudinas (2016), o governo, e, portanto, seus órgãos, tem que assumir um novo papel: o de contribuição para

² ANDRADE, Manoel C. *Nordeste: alternativas da agricultura*. Campinas, SP: Papiros, 1988. (Série educando). p. 07.

uma mudança gradativa em direção a quebra de ideologias convencionais já existentes, um outro desenvolvimento. Isto é, empenhar em encontrar alternativas, e aqui não é no sentido de encontrar um novo tipo de desenvolvimento, o alternativo, e sim, procurar alternativas a ele. Com um novo olhar e forma de entender a natureza e a sociedade.

Ao abordar o contexto histórico desde criação do projeto Jaíba até os dias atuais, fica perceptível a visão ainda distorcida do termo desenvolvimento como apontado por Esteva (2000), cuja visibilidade e esforços são estimulados para um progresso material e econômico apenas de alguns, em detrimento do subdesenvolvimento da maioria das pessoas levadas a pensar a situação como um destino, e a se sentirem fadados a ela, e por isso gratos, pelas migalhas do progresso.

Compreender a formação histórica e os discursos de desenvolvimento e o poder nela afincada é o primeiro passo para pôr fim ao seu determinismo. É entender que esse desenvolvimentismo que atropelou o povo nativo e continua explorando a população local. A compreensão desse processo nos leva à busca pelas alternativas ao desenvolvimento distante da ideia progresso e que diz respeito à qualidade de vida dessas pessoas para além da questão material e individual. E mesmo que o Projeto Jaíba não seja um empreendimento voltado diretamente para ramo extrativista, e sim para o da agricultura irrigada, percebe-se através de muitos estudos acadêmicos, que ele se encaixa no modelo de desenvolvimento baseado no uso indiscriminado dos recursos naturais (água, solo e entre outros) usados “para alimentar o crescimento econômico e uma ideia de desenvolvimento entendido como progresso material continuado e linear” Gudinas(2016).

O conceito de desenvolvimento passou a ser generalizante, usado para tudo o que o homem tem ou sabe. Carregado de conotações, passou a ser usado para tudo e não conseguimos mais nos desprender dele, pois nos limita e aprisiona em sua concepção, principalmente econômica de benefícios e progressão. A palavra desenvolvimento atualmente tem sido utilizada num sentido mágico, de solucionar problemas e situações, porém, para uma grande parte da população a palavra tem o significado daquilo que eles não são, e que para se tornarem algo melhor e positivo, e saírem dessa condição, precisam fazer de tudo, inclusive escravizar-se ao ideal do outro, do mais, de ter que melhorar mais, produzir mais. E outra questão a ser pensada é que esse conceito de desenvolvimento/subdesenvolvimento deve ser relativizado ao ser discutido: para quem, para que. E isso deve ocorrer numa visão ainda mais ampla de debate: até que ponto as pessoas consideram viver e se enxergar num mundo melhor ou pior dessa dicotomia. Cabe a nós, a reflexão de até quando continuar com a dependência

Entretanto a alternativa ao desenvolvimento foi a incorporação de outra atividade econômica, carregando o viés da sustentabilidade, a energia solar com a implantação de usinas fotovoltaicas, que como ressalta Barbosa (2015), diante do contexto de crescimento econômico e populacional que exigiu uma grande demanda energética, nos últimos anos foi necessário investir em mais e novas fontes de energia, como a eólica e a solar.

ABREU e LEUZINGER (2020) destaca que, como a região do Norte de Minas Gerais tem como características baixos índices pluviométricos com longos meses de estiagem, a instalação de usinas na região de Jaíba, foi uma solução para a geração de energia, em que empresas como a VALE com o Projeto Sol do Cerrado, ao encomendar estudos detalhados da região e seu território, comprovou a grande incidência solar, que favorece a atividade.

Conclusões

Mesmo que esta pesquisa esteja em andamento, as versões e autores estudados nos direciona a concluir que prevalece um modelo de desenvolvimento voltado para a individualidade do consumismo e acumulação capitalista, o que faz gerar uma economia e sociedade em que o crescimento ocorre no sentido sempre de beneficiar um projeto, uma ideologia excludente, e/ou para que, em favorecimento de poucos, de uma minoria detentora do poder. E dentro desse modelo, o Projeto Jaíba foi planejado, executado e ainda hoje se mantém. E que não existe uma saída para tal, sem perpassar antes pelos caminhos do debate democrático e do protagonismo urgente dos atores sociais e governamentais envolvidos no processo, no caminho para a mudança. Ao se analisar dados e estudos com relação à agricultura irrigada e a implantação de usinas fotovoltaicas na região, percebe-se a mesma lógica capitalista, de levar em consideração apenas as questões econômicas e o quanto lucrativa essas atividades são, sem levar em consideração os impactos sociais e ambientais, pensando na questão de maneira imediata do lucro ignorando os problemas e consequências a longo prazo. E tudo isso sob a tutela de um Estado que não apresenta políticas públicas que atendam realmente ao público, e sim às grandes empresas, diante da bandeira do crescimento econômico.

Referências bibliográficas

ABREU, João Renato Borges. LEUZINGER, Marcia Dieguez A Recuperação Ambiental e a Geração de Energia Solar como Vetores de Desenvolvimento Sustentavel para o Norte de Minas Gerais. *Economia e Políticas Públicas*, v. 8, n. 2/2020

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000

GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge. *Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RODRIGUES, L. *Investimento Agrícola e o Grande Projeto Jaíba: uma interpretação: 1970 – 1996*. São Paulo: USP, 1998. (Tese de doutorado)